

Sarney apresentará pela TV as bases de sua nova aliança

30 SET 1987

por Mariângela Hamu
de Brasília

No pronunciamento que deverá fazer ainda nesta semana à Nação, o presidente José Sarney revelará os princípios políticos e administrativos que acaba de estabelecer para orientar uma nova etapa do seu governo. E o tamanho da reforma que pretende promover nos primeiros escalões, a partir deste discurso, dependerá somente do volume de "adesões" que ele vier a obter. A informação foi prestada a este jornal por um assessor do presidente.

Ainda não está definido, mas o governo avalia a possibilidade de registrar estas adesões no papel, na forma de um documento que substituiria, guardadas as proporções e circunstâncias, o "Compromisso à Nação", assinado em 1984 por Tancredo Neves, Aureliano Chaves, Marco Maciel e Ulysses Guimarães, para viabilizar a candidatura do ex-governador de Minas à Presidência da República.

Este documento deverá ser previamente submetido aos grupos políticos que tendem a apoiar o governo. O Palácio do Planalto começou a receber ontem os primeiros sinais de que o deputado Ulysses Guimarães não descarta a possibilidade de estudar a proposta de Sarney e de assinar embaixo, se concordar com ela. Desde que o presidente não mexa nos ministérios do PMDB.

Se o presidente vai mexer em um ou em vinte ministérios, ainda não se sabe. "O tamanho desta mudança os próprios políticos estabelecerão. Quem estiver com o governo, fica. Quem não estiver, sai", assegura um colaborador de Sarney. A decisão presidencial de "virar o jogo" não é nova, e a crise detonada a partir da indicação do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, para superintendente da Sudene, que indignou o senador Marco Maciel a ponto de levar o PFL a romper a aliança com o PMDB, foi apenas a senha de que o presidente precisava.

GAZETA MERCANTIL

O presidente escreve um pacto

por Edson Beú
de Brasília

O presidente José Sarney passou o dia de ontem trabalhando na elaboração de um documento, no qual propõe um programa mínimo de governo para o resto de seu mandato e que sirva, ao mesmo tempo, para auferir o seu real apoio parlamentar, entre as diversas siglas partidárias. O secretário de Imprensa, Antônio Frota Neto, explicou que o presidente tenciona por neste documento as assinaturas dos parlamentares dispostos a apoiá-lo irrestritamente. "Seria uma espécie de pacto político", definiu.

Só depois de conhecer o desenho político-partidário desse "abaixo-assinado", começará a fazer as primeiras mudanças na sua equipe de governo. "A reforma ministerial é uma segunda conversa", confirmou o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, após despachar com o presidente da República, na manhã de ontem. É possível que Sarney apronte esse documento ainda nesta semana e recorra à rede nacional de rádio e televisão para apresentá-lo à Nação, conforme admitiu o próprio secretário de Imprensa.

Ontem, Sarney recebeu mais três governadores, além de Newton Cardoso: Marcelo Miranda (MS), Orestes Quêrcia (SP) e Tasso Jereissati (CE). O governador mineiro saiu da audiência no Palácio do Planalto certo que o presidente está disposto, realmente, a definir com urgência sua base de sustentação parlamentar, para poder comple-

tar o processo de transição democrática. "O presidente mudou o seu azimute", concluiu ele. Newton Cardoso acha que Sarney será obrigado a buscar apoio em outros partidos. "Parte do PMDB continua no palanque e não assumiu o governo até hoje", criticou ele. "Os parlamentares que participarem desse 'pacto político' deverão falar também a linguagem do presidencialismo e do mandato de cinco anos", garantiu ainda o governador.

Mas Orestes Quêrcia não confirma isso. O governador paulista, convidado para tomar conhecimento do documento, esteve reunido por uma hora e meia, na noite de ontem com Sarney, no Palácio da Alvorada. "O presidente não fará menção ao sistema de governo nem à duração de seu mandato", assegurou na saída. Quêrcia disse, também, que não viu no presidente nenhuma apreensão em promover a reforma ministerial, já. "Ele não pensa nisso agora", afirmou.

O governador acha que o PMDB tem condições de apoiar, sozinho, o presidente Sarney. Por isso, não vê necessidade de o partido dividir seu espaço no ministério com outras siglas. "Mas o juiz disso será o presidente", ressaltou.

O governador Marcelo Miranda classificou de "impatriótica" a idéia de mudar o ministério, num instante em que o País elabora a sua nova Constituição e o governo tenta renegociar a dívida externa. O presidente, segundo ele, lamentou que seja necessário promovê-la nessas circunstâncias e responsabilizou a classe política por isso.

O respaldo para a decisão de virar o jogo foi consolidado por Sarney no último sábado, na espaçosa varanda de sua casa em São José do Pericumã, numa reunião com todos os ministros militares: Leônidas Pires Gonçalves, do Exército; Otávio Moreira Lima, da Aeronáutica; Henrique Sabóia, da Marinha; Paulo Roberto Camarinho, do EMFA; Ivan Mendes, do SNI, e Bayma Denis, do Gabinete Militar.

O presidente entendeu que como estava não era mais possível governar. Além de sentir-se manietado pelo PMDB, viu o sonho de manter o sistema presidencialista de governo na futura Constituição ir pelo ralo, nas pesquisas feitas para descobrir como se

comportariam os membros da Comissão de Sistematização, na votação das emendas. "Não há mais tempo para brigarmos na Comissão. Vamos lutar pelo voto no plenário da Constituinte", assegura um assessor presidencial. E para conseguir cada um dos votos de que precisa, o governo usará inclusive os cargos de primeiro escalão. Por este princípio, ministros como José Hugo Castello Branco, que até já colocaram seus cargos à disposição, poderão continuar no governo.

O presidente — entende um de seus íntimos assessores — não tem outra alternativa: "Ou ele joga todas as fichas agora, nesta última tentativa de compor um governo com sólida base parlamentar, ou perde

sua última chance de governar".

Sarney tem lembrado com muita frequência, nas últimas horas, que o País está mergulhado em três crises graves: a crise econômica interna; uma crise institucional de alto teor explosivo; e uma perigosa crise externa, agravada nas últimas horas com a decisão do Clube de Paris de denunciar o acordo com o Brasil e, sobretudo, com as últimas conversas do ministro Bresser Pereira com os credores em Washington. Uma fonte do Palácio revelou a este jornal que os encontros do ministro da Fazenda foram ruins e que em alguns momentos os diálogos foram até rispidos. Por tudo isso, acredita o presidente, é preciso reagir já.